

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl Acordo no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.347 - CE
(2018/0275156-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
**EMBARGANTE : FLEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS
E BORRACHAS LTDA**
**ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE E OUTRO(S) -
CE011160**
EMBARGADO : MUNICIPIO DE HORIZONTE
PROCURADORE : THIAGO CAMPÊLO NOGUEIRA - CE019029
S

RENATO MONTEIRO CARDOZO - CE019818
**LEIRE GABRIELA MACEDO ALVES DE CASTRO SALMITO E
OUTRO(S) - CE016124**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela FLEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E BORRACHAS LTDA. contra decisão da minha lavra, em que deferi o pedido de exclusão do processo da pauta de julgamento, ante a notícia de realização de acordo extrajudicial e, em consequência, julguei prejudicado o agravo interno interposto pela ora embargante, com a remessa dos autos à origem para exame da transação (e-STJ fls. 934/935).

Sustenta, em suma, a existência de obscuridade na decisão embargada, visto que o acordo firmado entre as partes prevê a suspensão do processo até o efetivo cumprimento das obrigações estipuladas na avença (e-STJ fls. 928/931), afirmando que o mero ato de formalização de acordo extrajudicial não gera a automática perda de objeto do recurso.

Aduz que, apesar de o art. 34, IX, do RISTJ estabelecer a competência do relator para apreciação e homologação dos pedidos de desistência e de autocomposição formulados no STJ pelas partes, a embargante não requereu a adoção dessa providência, sendo, portanto, equivocada decisão de prejudicialidade do recurso antes da homologação do Termo de Acordo Extrajudicial nos autos do processo principal.

Em petição à e-STJ fl. 949, informa que, em 08/05/2019, o juízo da instância de origem suspendeu, por 6 (seis) meses, a tramitação do feito até o cumprimento das obrigações do Termo de Acordo Extrajudicial, conforme despacho anexo (e-STJ fl. 951).

Decorrido o prazo legal sem oferecimento de impugnação.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão.

Superior Tribunal de Justiça

Dito isso, verifica-se que não há nenhum vício de integração.

A decisão agravada, nos termos do art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgou prejudicado o agravo interno interposto pela empresa embargante ante a perda superveniente de seus objetos.

Isso porque, concluído o ajuste de vontade entre as partes litigantes, desaparece a presente lide, sem a qual o processo não pode prosseguir, revelando-se, pois, ato incompatível com o interesse de recorrer, nos termos do art. 503 do CPC/1973, correspondente ao art. 1.000 do CPC/2015.

Ora, a prejudicialidade do recurso é cristalina, mesmo sem ter havido, até o presente momento, o integral cumprimento do acordo firmado entre as partes litigantes, sendo certo que a transação devidamente homologada na instância de origem constitui título executivo judicial (art. 475-N, III, do CPC/1973, correspondente ao 515, II, do CPC/2015) e, na hipótese de descumprimento da obrigação, a parte interessada pode fazer valer os termos do acordo, promovendo a respectiva execução, nos próprios autos, no Juízo processante.

Assim, a pretensão de sobrestar o presente recurso especial, originário de agravo de instrumento interposto contra decisão liminar, não tem a menor pertinência, ante a evidente perda de objeto do recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, ainda que o Juiz de primeiro grau não tenha, até a presente data, homologado o acordo extrajudicial nos autos do processo principal.

Registre-se que a faculdade atribuída ao relator no art. 34, IX, do RISTJ deixou de ser observada em face do pedido expresso da embargante de que a homologação do acordo seja operada nos autos principais, por sentença, razão pela qual se determinou a baixa dos autos à origem, a fim de que o magistrado adote as providências cabíveis, com a posterior extinção da ação (e-STJ fl. 934).

Nessa quadra, qualquer irresignação do embargante deve ser dirigida ao juízo de origem, onde tramita a ação principal, tendo em vista que a decisão de e-STJ fl. 934/935 apenas reconheceu a perda de objeto do recurso, por decorrência lógica do pedido de homologação do homologado formulado nos referidos autos.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator